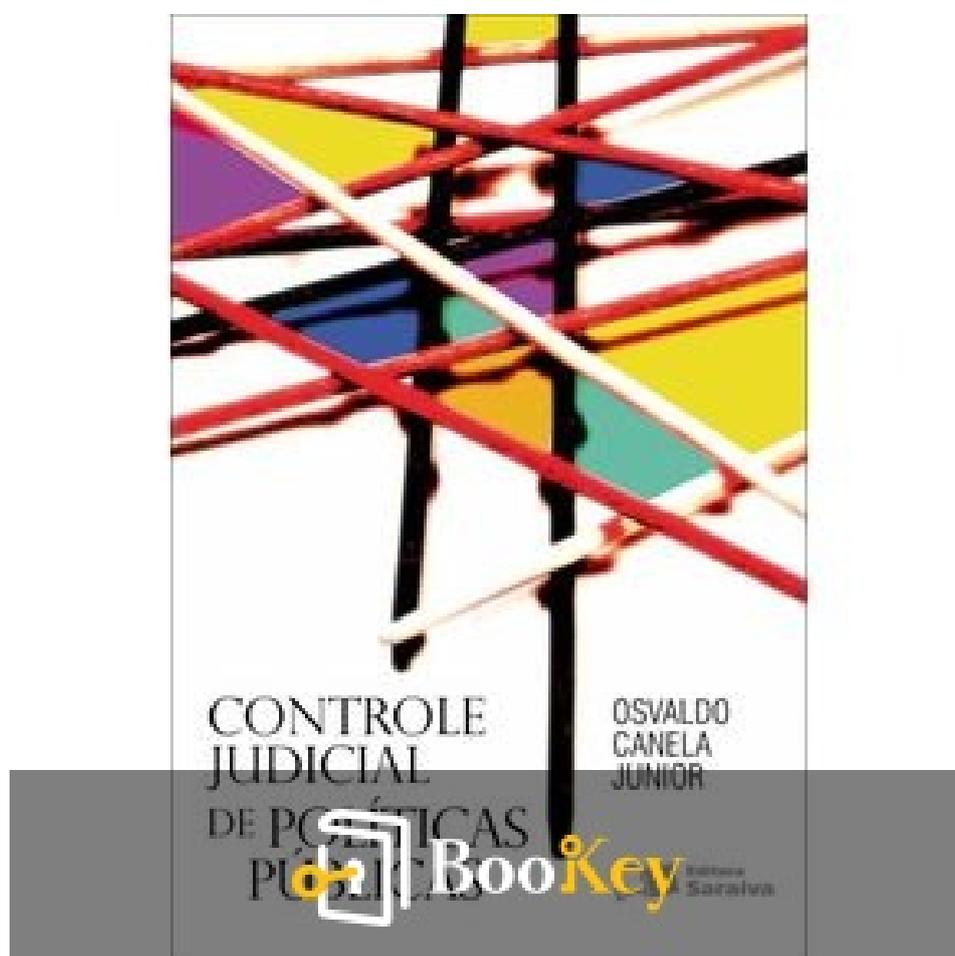


Controle Judicial De Políticas Públicas - 1ª Edição De 2012 PDF

OSVALDO CANELA JUNIOR



Teste gratuito com Bookey



Sobre o livro

Neste livro, o autor se debruça sobre um tema que ainda é objeto de pouca análise na doutrina jurídica: o controle judicial das políticas públicas. A obra busca examinar de forma metódica as capacidades do Poder Judiciário para supervisionar políticas públicas, com ênfase na promoção dos direitos fundamentais, além de discutir os limites que circunscrevem essa atuação.

Teste gratuito com Bookey



Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mi

Visões dos melhores livros do mundo

amento
pos

Os 7 Hábitos das
Pessoas Altamente
Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5
da Manhã



Como Fazer Amigos
e Influenciar
Pessoas



Com
Não

Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar



Controle Judicial De Políticas Públicas - 1ª Edição De 2012 Resumo

Escrito por IdeaClips

Teste gratuito com Bookey



Quem deve ler este livro **Controle Judicial De Políticas Públicas - 1ª Edição De 2012**

O livro "CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 1ª EDIÇÃO DE 2012" de Osvaldo Canela Junior é uma leitura essencial para estudantes e profissionais da área de Direito, especialmente aqueles que se especializam em Direito Constitucional e Administração Pública. Juízes, promotores, advogados e pesquisadores interessados em entender o papel do Judiciário na supervisão e modulação das políticas públicas encontrarão insights valiosos sobre como as decisões judiciais impactam as ações governamentais e a proteção dos direitos fundamentais. Além disso, aqueles que atuam em áreas relacionadas à elaboração e implementação de políticas públicas, assim como cidadãos interessados em compreender o funcionamento do sistema jurídico e suas implicações sociais, também se beneficiarão das reflexões e análises contidas na obra.

Teste gratuito com Bookey



Principais insights de Controle Judicial De Políticas Públicas - 1ª Edição De 2012 em formato de tabela

Título	CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 1ª EDIÇÃO DE 2012
Autor	Osvaldo Canela Junior
Tema central	Análise do papel do Poder Judiciário no controle e na implementação de políticas públicas.
Objetivo	Explorar como as decisões judiciais podem influenciar a elaboração e execução de políticas públicas.
Estrutura do livro	<ol style="list-style-type: none">1. Introdução ao controle judicial2. Conceitos de políticas públicas3. A atuação do Judiciário4. Casos práticos5. Implicações e limites do controle judicial6. Conclusões e propostas
Principais conceitos	<ul style="list-style-type: none">- Controle judicial: a capacidade do Judiciário em revisar atos administrativos e decisões políticas.- Políticas públicas: ações do governo destinadas a resolver problemas sociais e atender a necessidades da população.
Abordagem	O autor utiliza uma abordagem crítica, examinando casos concretos onde o Judiciário interveio em questões de políticas públicas.
Resultados	Identificação de tendências sobre o impacto do controle judicial nas opções políticas, seus benefícios e desafios.

Teste gratuito com Bookey



Título	CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 1ª EDIÇÃO DE 2012
Contribuição para o campo	Proporciona uma reflexão sobre a necessidade de uma relação equilibrada entre os poderes e a importância do Judiciário na preservação dos direitos fundamentais.

Teste gratuito com Bookey



Controle Judicial De Políticas Públicas - 1ª Edição De 2012 Lista de capítulos resumidos

1. Introdução ao Controle Judicial de Políticas Públicas e sua Importância
2. Fundamentos Teóricos do Controle Judicial em Contextos de Políticas Públicas
3. Aspectos Jurídicos do Judiciário e sua Relação com Políticas Públicas
4. Estudos de Caso: Exemplos de Controle Judicial em Ação
5. Desafios e Limitações do Controle Judicial sobre Políticas Públicas
6. Reflexões Finais sobre Conservação e Evolução das Políticas Públicas

Teste gratuito com Bookey



1. Introdução ao Controle Judicial de Políticas Públicas e sua Importância

O controle judicial de políticas públicas é um tema de crescente relevância no cenário jurídico e social contemporâneo, pois estabelece um importante mecanismo de verificação da atuação do Estado nas diversas áreas da vida dos cidadãos. O papel do judiciário transcende a simples aplicação das leis, englobando uma função crítica de promoção da justiça e da garantia de direitos fundamentais, especialmente em um contexto em que a implementação de políticas públicas pode resultar em tensões entre diferentes interesses e valores sociais.

Nesse sentido, a importância do controle judicial reside na sua capacidade de coibir abusos e garantir que os direitos dos indivíduos sejam respeitados pela administração pública. O judiciário atua como um guardião da legalidade e da justiça social, sendo essencial em situações em que as políticas implementadas pelo poder executivo falham em atender os critérios de equidade, eficácia e respeito aos direitos humanos. O controle judicial não visa apenas proteger os interesses individuais, mas também assegurar que a coletividade se beneficie das políticas públicas sob um prisma de inclusão e justiça.

Ademais, a atuação do judiciário no controle das políticas públicas pode impulsionar a qualidade da democracia. Ao servir como um contrapeso ao

Teste gratuito com Bookey



poder executivo, o judiciário promove um ambiente de responsabilização e transparência, permitindo que a população tenha voz e vez no processo de formulação e execução das políticas. Esse mecanismo de checks and balances é fundamental para assegurar que as decisões governamentais sejam submetidas a um escrutínio rigoroso, favorecendo o respeito às normas constitucionais e aos princípios democráticos.

A interseção entre o controle judicial e as políticas públicas também levanta questões sobre a legitimidade e a eficiência da atuação judicial. Afinal, o judiciário é frequentemente acusado de invasão da esfera de competências do executivo, especialmente quando sua intervenção resulta em ordens de implementação de políticas ou de recursos financeiros específicos. Assim, o desafio é encontrar um equilíbrio entre a proteção dos direitos fundamentais e a autonomia do poder executivo para elaborar e executar políticas públicas adequadas às necessidades da sociedade.

Em suma, a introdução ao controle judicial de políticas públicas revela um campo de atuação dinâmico e vital para a consolidação da democracia e a promoção da justiça social. O exame crítico das relações entre judiciário e políticas públicas é essencial para compreender os desafios e as oportunidades que permeiam esse importante aspecto da governança contemporânea. Neste contexto, é imprescindível discutir suas implicações, analisando o que configura um controle judicial eficaz e responsável, bem

Teste gratuito com Bookey



como os limites dessa atuação em um Estado de Direito.

Teste gratuito com Bookey



2. Fundamentos Teóricos do Controle Judicial em Contextos de Políticas Públicas

O controle judicial de políticas públicas surge como um fenômeno complexo e multifacetado no campo da teoria do Direito e da Ciência Política. No cerne desse controle está a necessidade de equilíbrio entre a autonomia da Administração Pública e os direitos fundamentais dos cidadãos, um aspecto que costuma desafiar as fronteiras tradicionais entre política e direito. A abordagem teórica que sustenta o controle judicial varia desde uma perspectiva positivista, que enfatiza a aplicação e interpretação estrita das normas, até prismas mais críticos que consideram a função do Judiciário como garantidor da justiça social e da proteção dos direitos humanos.

Entre os fundamentos teóricos do controle judicial, destaca-se a ideia de que o Judiciário deve agir como um guardião da Constituição, verificando a conformidade das políticas públicas com os princípios constitucionais e os direitos fundamentais. Nesse sentido, a judicialização da política ocorre quando o Judiciário é chamado a intervir em questões que tradicionalmente pertencem ao âmbito administrativo, o que levanta questões sobre a legitimidade e a competência do Judiciário para tais intervenções.

Um dos principais teóricos que abordam essa problemática é Alexander Bickel, que introduz o conceito de "judicial activism" (ativismo judicial), sugerindo que a participação do Judiciário na formulação e execução de

Teste gratuito com Bookey



políticas públicas deve ser criteriosa e moderada, a fim de evitar a usurpação de funções próprias do Legislativo e do Executivo. Para Bickel, a legítima função do Judiciário é assegurar que os direitos dos cidadãos sejam respeitados, sem, contudo, ultrapassar os limites da sua autoridade institucional.

Por outro lado, a teoria do "checks and balances" (pesos e contrapesos) propõe que o controle judicial é essencial para garantir um sistema democrático, onde os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário se equilibram e se controlam mutuamente. Esse sistema visa prevenir abusos de poder e proteger minorias, assegurando, assim, que as políticas públicas não sejam apenas reflexo da vontade da maioria, mas também respeitem os direitos de todos os cidadãos.

Outros acadêmicos, como Cass Sunstein e Mark Tushnet, exploram a ideia da "democracia deliberativa", onde o Judiciário se posiciona como um fórum para o diálogo e a reflexão sobre políticas públicas, contribuindo para um processo mais inclusivo na formulação das decisões políticas. Nessa ótica, a função do Judiciário não é apenas a de aplicar a lei, mas também de fomentar a discussão pública e a participação cidadã na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, a análise dos impactos sociais das decisões judiciais destaca a

Teste gratuito com Bookey



responsabilidade do Judiciário em considerar as consequências de suas decisões sobre a implementação de políticas públicas. Essa perspectiva é essencial, visto que o controle judicial, se mal executado ou desconsiderando a complexidade das questões sociais, pode gerar resultados contraproducentes, afetando negativamente comunidades vulneráveis ou intensificando desigualdades já existentes.

Por fim, a discussão sobre os fundamentos teóricos do controle judicial em contextos de políticas públicas é necessária para compreender a trajetória e a evolução desse fenômeno no Brasil e no mundo. A compreensão das diversas teorias que sustentam esse controle não apenas enriquece o debate acadêmico, mas também fornece subsídios para uma atuação judiciária que respeite a complexidade e a dinamicidade do contexto social em que se insere.

Teste gratuito com Bookey



3. Aspectos Jurídicos do Judiciário e sua Relação com Políticas Públicas

O controle judicial de políticas públicas é um tema de grande relevância no contexto jurídico contemporâneo, especialmente em uma democracia onde os direitos fundamentais e o acesso à justiça são pilares essenciais. Neste sentido, os aspectos jurídicos que envolvem a atuação do Judiciário na supervisão e efetividade das políticas públicas são multifacetados e exigem uma análise criteriosa.

Em primeiro lugar, é crucial entender que o papel do Judiciário não se limita à aplicação da lei, mas também envolve a função de controle e fiscalização das ações do poder executivo. Esse controle é especialmente pertinente quando se discute a execução de políticas públicas que impactam diretamente os direitos sociais, como saúde, educação e assistência social. Neste cenário, o Judiciário deve garantir que as políticas estejam em conformidade com o ordenamento jurídico, respeitando princípios constitucionais e direitos humanos.

Outro aspecto importante é a capacidade interpretativa dos tribunais. O Judiciário, ao analisar a legalidade e a constitucionalidade das políticas públicas, torna-se um interpretador dos direitos sociais. A jurisprudência pode moldar, por exemplo, como se deve assegurar o direito à saúde ou à educação, decidindo se as ações do governo atendem ou não aos parâmetros

Teste gratuito com Bookey



estabelecidos constitucionalmente. Essa função interpretativa pode levar a mudanças significativas nas diretrizes políticas, pois as decisões dos tribunais podem criar precedentes que obrigam o Estado a ajustar suas políticas conforme os direitos assegurados na Constituição.

Além disso, a relação entre Judiciário e políticas públicas é permeada por um paradoxo: enquanto o Judiciário pode prolongar a eficácia de direitos garantidos, essa interferência também suscita críticas sobre a judicialização das políticas, onde magistrados são, muitas vezes, acusados de invadir a esfera de competência do Executivo. Essa questão levanta debates sobre os limites apropriados da atuação judicial e sobre a necessidade de um equilíbrio entre os poderes, onde cada um exerça sua função sem invadir o espaço do outro.

A defesa e a promoção de direitos fundamentais pelo Judiciário também trazem à tona a discussão sobre a legitimidade e a representatividade das instituições judiciais. Em sociedades onde a confiança nas instituições é frágil, a atuação judicial pode ser vista como um meio de buscar a satisfação de demandas que não estão sendo atendidas por políticas públicas efetivas. Contudo, essa lógica pode gerar uma dependência excessiva do Judiciário, dificultando a capacidade do sistema político de responder de forma adequada às necessidades sociais.

Teste gratuito com Bookey



Por fim, vale ressaltar a importância do diálogo entre os poderes constituídos. Uma relação harmônica e cooperativa entre o Judiciário e o Executivo pode facilitar a implementação eficaz das políticas públicas, evitando a judicialização excessiva. O incentivo a mecanismos de participação popular e a construção de políticas públicas que contemplem as demandas da sociedade civil são aspectos que podem contribuir para um ambiente no qual o controle judicial aconteça de forma saudável, respeitando o papel de cada instituição no Estado democrático de direito.

Em suma, os aspectos jurídicos do Judiciário e sua relação com as políticas públicas são complexos e cruciais para a consolidação de direitos em uma sociedade democrática. O equilíbrio entre a fiscalização judicial e a função estatal na implementação de políticas é vital para garantir que os direitos sociais sejam respeitados e concretizados na prática.

Teste gratuito com Bookey



4. Estudos de Caso: Exemplos de Controle Judicial em Ação

Os estudos de caso presentes nesta seção fornecem uma análise aprofundada sobre como o controle judicial tem sido exercido em diferentes contextos de políticas públicas no Brasil. Esses exemplos ilustram a efetividade e os desafios que o Judiciário enfrenta ao intervir em decisões que tradicionalmente pertencem ao poder público.

O primeiro exemplo considerado é o controle judicial sobre a saúde pública. Vários casos nos tribunais mostram a atuação de ações civis públicas movidas por cidadãos ou grupos organizados, demandando o fornecimento de medicamentos e tratamentos que o Estado não disponibiliza. A decisão judicial muitas vezes baseia-se no princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à saúde, garantido pela Constituição Federal. Um exemplo emblemático é a determinação judicial que obriga o Estado a fornecer medicamentos de alto custo aos pacientes de doenças raras, amplo reconhecimento do Judiciário como um agente salvaguarda dos direitos sociais.

Outro caso relevante é o controle judicial no setor da educação. Diversas decisões judiciais têm como alvo a obrigação do Estado em garantir um ensino de qualidade. Em algumas ocasiões, o Judiciário tem determinado a melhoria das condições infraestrutura das escolas públicas, bem como a

Teste gratuito com Bookey



efetividade no cumprimento dos planos de carreira dos professores. Aqui, as decisões reforçam a ideia de que a educação é um direito fundamental e devem ser garantidos não apenas os espaços físicos, mas também as condições necessárias para que a aprendizagem aconteça efetivamente.

O papel do Judiciário em questões ambientais também merece destaque. No caso dos danos ecológicos, como desmatamentos e contaminações, o controle judicial surge como um importante meio de proteção dos recursos naturais e da saúde pública. Aqui, as decisões judiciais frequentemente impõem a fiscalização e reparações aos responsáveis por danos ambientais, criando precedentes que ampliam a proteção ambiental. Um exemplo é a ação que proíbe desmatamentos em áreas de preservação permanente, reforçando o dever do Estado em proteger o meio ambiente.

Finalmente, o controle judicial em questões de políticas de assistência social tem sido uma arena de intenso debate. Casos em que a Justiça determina o fornecimento de benefícios assistenciais aos que não foram atendidos pelas políticas públicas são recorrentes. Através de ações movidas por cidadãos que se sentem lesados, o Judiciário tem garantido que as políticas assistenciais sejam efetivamente implementadas, refletindo uma função protetiva que vai além de meramente judicializar um problema social.

Esses estudos de caso demonstram a importância do controle judicial de

Teste gratuito com Bookey



políticas públicas como um mecanismo de proteção dos direitos dos cidadãos. Além das intervenções, também expõem os desafios, como a resistência do Estado em cumprir as ordens judiciais e a sobrecarga do sistema judiciário, complicando a efetividade das decisões. Por conseguinte, a análise dessas experiências fornece uma visão crítica e abrangente sobre a complexa interação entre o Judiciário e a implementação de políticas públicas, destacando tanto os sucessos quanto as limitações desse controle.

Teste gratuito com Bookey



5. Desafios e Limitações do Controle Judicial sobre Políticas Públicas

O controle judicial sobre políticas públicas é uma ferramenta fundamental para a promoção da justiça social e a defesa dos direitos fundamentais. Entretanto, ele enfrenta uma série de desafios e limitações que podem comprometer sua eficácia e legitimação no contexto da governança democrática.

Primeiramente, um dos principais desafios é a questão da judicialização das políticas públicas. A crescente tendência de levar questões que deveriam ser discutidas na esfera política para o âmbito judicial pode criar um fenômeno de judicialização excessiva, onde o Judiciário se vê sobrecarregado com casos que envolvem decisões cuja natureza é eminentemente política. Essa situação pode resultar em decisões que não consideram adequadamente as complexidades e nuances das políticas públicas, com possíveis efeitos adversos no funcionamento das instituições políticas e na execução das políticas em si.

Além disso, a capacidade técnica e a formação dos magistrados são essenciais para a análise de decisões complexas que envolvem políticas públicas. O Judiciário nem sempre possui à disposição a expertise para avaliar de forma adequada as consequências de suas decisões. Muitas vezes, os juízes não são especialistas nas áreas técnica e administrativa que

Teste gratuito com Bookey



envolvem as políticas em questão, o que pode levar a decisões inadequadas ou mal fundamentadas que não atendem os interesses da sociedade.

Outro aspecto relevante são as limitações orçamentárias e a falta de recursos no próprio sistema judicial. Em muitos casos, o Judiciário não dispõe de estruturas adequadas, como perícias técnicas e equipes multidisciplinares, que são essenciais para uma análise mais completa e precisa das políticas públicas. Essa carência de recursos pode prejudicar o funcionamento do sistema de controle judicial e, conseqüentemente, a proteção dos direitos fundamentais.

Ademais, o controle judicial pode ser visto como um entrave à autonomia dos demais poderes do Estado. A atuação do Judiciário em matérias que envolvem políticas públicas pode gerar tensões entre o Legislativo e o Judiciário, uma vez que este último pode ser percebido como usurpando funções que tradicionalmente pertencem ao Legislativo. Essa dinâmica pode levar a um conflito institucional que, a longo prazo, enfraquece a legitimidade do controle judicial e o respeito às decisões do Judiciário.

Por último, as limitações temporais que caracterizam o fenômeno das políticas públicas também se apresentam como um desafio para o controle judicial. Muitas vezes, a temporariedade e a urgência de determinadas políticas não coincidem com a morosidade do Judiciário, que pode levar

Teste gratuito com Bookey



meses ou até anos para decidir sobre um determinado caso. Essa descompassos pode resultar em danos irreversíveis e atrasos significativos na execução de direitos que deveriam ser garantidos, frustrando as expectativas da sociedade.

Portanto, embora o controle judicial de políticas públicas seja uma importante ferramenta na defesa dos direitos fundamentais e na promoção da justiça social, é essencial reconhecer e enfrentar seus desafios e limitações. Um diálogo entre os Poderes e um empenho constante no aprimoramento das capacidades do Judiciário são fundamentais para que esse mecanismo seja efetivo e contribua de maneira positiva para a construção de um Estado de Direito mais justo e igualitário.

Teste gratuito com Bookey



6. Reflexões Finais sobre Conservação e Evolução das Políticas Públicas

O controle judicial de políticas públicas é um tema central nas discussões contemporâneas sobre a democracia e a governança no Brasil. A análise das relações entre as instâncias judiciais e as decisões sobre políticas públicas revela não apenas a busca pela efetivação dos direitos fundamentais, mas também o papel ativo do Judiciário como um agente regulador nas dinâmicas sociais.

A conservação das políticas públicas, no contexto da judicialização, implica um equilíbrio delicado entre a proteção dos direitos dos cidadãos e a preservação da autonomia do poder Executivo. O Judiciário, ao intervir, deve fazê-lo com a consciência de que suas decisões têm o potencial de moldar não apenas a aplicação das leis, mas a própria estrutura de interação entre os diferentes poderes. Tal atuação requer a busca constante pela justiça, tendo em vista a necessidade de garantir que os interesses públicos sejam atendidos de forma equitativa e eficiente.

A evolução das políticas públicas implica, necessariamente, a adaptação às mudanças sociais e às demandas que emergem na sociedade. O controle judicial serve como um termômetro das insatisfações das camadas sociais e pode ser visto como uma ferramenta que ajuda a impulsionar reformas e melhorias nas políticas. No entanto, essa evolução deve sempre ser

Teste gratuito com Bookey



acompanhada de um diálogo entre os poderes, respeitando a complexidade do processo que envolve a formulação e a implementação das políticas públicas.

Os desafios enfrentados pelo Judiciário em relação à interferência em políticas públicas são variados. Entre eles está a dificuldade de se pronunciar sobre questões de mérito que, por muitas vezes, exigem expertise técnica que o Judiciário não possui. Isso nos leva a repensar a forma como os magistrados devem se preparar para lidar com essas questões e a necessidade de colaboração entre especialistas e juristas para encontrar soluções que sejam apenas jurídicas, mas também socialmente eficientes.

Além disso, a resistência de determinados segmentos do Executivo em acatar decisões judiciais pode comprometer a efetividade das políticas públicas. É fundamental encontrar um meio-termo que favoreça a construção de um estado realmente democrático, onde a cooperação entre os poderes seja uma prioridade, e não a disputa de competências. Para isso, a educação sobre as importâncias e limitações do controle judicial das políticas públicas deve ser promovida tanto entre os juristas quanto entre os formuladores de políticas e a sociedade civil.

Em suma, o controle judicial não deve ser visto apenas como um mecanismo de fiscalização das políticas públicas, mas como uma oportunidade de

Teste gratuito com Bookey



aprimoramento e evolução contínua das mesmas. O amadurecimento das relações entre o Judiciário e as políticas públicas é essencial para o fortalecimento da democracia, com a preservação dos direitos fundamentais como um norte imprescindível. As lições retiradas das experiências passadas e a busca por um futuro que equilibre a legalidade com a eficiência e a justiça social são os desafios que se colocam para os próximos anos.

Teste gratuito com Bookey



5 citações chave de Controle Judicial De Políticas Públicas - 1ª Edição De 2012

1. A função do Judiciário não se limita a decidir casos concretos, mas também a garantir a efetividade dos direitos fundamentais consagrados na Constituição.
2. O controle judicial das políticas públicas é uma ferramenta essencial para assegurar que estas reflitam os princípios da justiça social e do estado democrático de direito.
3. É preciso reconhecer que a intervenção do Judiciário nas políticas públicas deve ser equilibrada, para não comprometer a autonomia do Executivo e do Legislativo.
4. O desafio do controle judicial é preservar direitos individuais e coletivos sem inviabilizar a ação do Estado na promoção do bem comum.
5. O trabalho do Judiciário não deve ser apenas reativo, mas proativo, antecipando-se a violações de direitos e promovendo a inclusão social.

Teste gratuito com Bookey





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar